

Uma farsa por água abaixo

Luiz Estevão *

O Governo do Distrito Federal agiu com clamorosa falta de respeito para com a população brasileira em todo o episódio do anunciado — e, posteriormente, suspenso — reajuste das tarifas de água e esgoto do DF. Que malsinadas intenções se escondiam por trás da temerária e irresponsável atitude do presidente da Caesb? Por que o novo dirigente não investiu em propostas que buscassem, inicialmente, sanear e enxugar a empresa de água do DF? Por que o GDF, ao arremetido da verdade, optou por reajustar as tarifas, sustentando a decisão em argumentos espúrios e informações manipuladas?

Usei a tribuna da Câmara Legislativa para denunciar as manobras embutidas no reajuste de tarifa, o que levou o GDF à situação de revogar o ato ou enfrentar o constrangimento de ver o aumento revogado pelo decreto-legislativo que apresentei, e que seria votado em regime de urgência pela Câmara. A aprovação era inevitável, pois a análise da planilha de custos apresentada pela Caesb nos colocou diante da simples realidade: o GDF mentiu para a população.

Mentiu ao projetar um déficit cuja origem é, em grande parte, resultado da incapacidade da própria empresa em cobrar aqueles que consomem água e não pagam — entre esses, majoritariamente, órgãos públicos que devem fortunas. Errou ao apresentar uma folha de pagamentos inchada pelos atípicos meses de novembro e dezembro (sobre os quais incidem, pesadamente, o 13º salário, férias e antecipações) e incorporada ainda de um inexistente reajuste aos funcionários do IPC-R de janeiro. A Caesb manipulou dados ao acrescentar R\$ 400 mil ao item "Despesas com Pagamentos a Terceiros", cujos valores verdadeiros estão citados na própria planilha.

O GDF tentou enfiar, sem água,

goela abaixo dos brasilienses, a verdade de que, com esse aumento, faria investimentos em obras de saneamento básico para a população de baixa renda. Mentira. Com o reajuste proposto, mas sem as necessárias medidas de enxugamento interno, a Caesb continuaria com 81% de suas receitas comprometidas para pagamento de serviços, pessoal e encargos.

A planilha não faz previsão alguma de realização de investimentos em obras de água e esgotos nas novas cidades e áreas de assentamento, indispensáveis para a qualidade de vida da comunidade. Tampouco a planilha prevê a destinação de contrapartida para os financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Governo tentou enganar mais ainda ao anunciar que a maioria dos consumidores não sofreria os efeitos do reajuste. Na verdade, 80% dos brasilienses estão na faixa de consumo de 25 mil litros por mês e, portanto, sujeitos às consequências do aumento. Mesmo aqueles que consomem menos ou não pagam pela água que usam — como ocorre em alguns assentamentos — não escapariam às brutais consequências do "realinhamento". O setor agrícola, milhares de pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais têm na água um de seus insumos básicos. Fatalmente, esta elevação de custos seria repassada para os preços finais de seus serviços e produtos.

O pão, as frutas, as verduras ficariam mais caros para todos, e não só, como fantasia o governo, para os brasilienses que à custa de uma vida de trabalho alcançaram o conforto de uma casa com piscina.

Escondeu-se por trás de uma retórica falsamente populista um governo com caráter preconceituoso, que ainda não aprendeu a diferença entre ser forte pela sabedoria de suas decisões ou ser truculento, pela arbitrariedade de seus atos.

■ Deputado distrital pelo PP.

O GDF agiu com clamorosa falta de respeito para com a população brasileira.

Marcos Helano Montenegro *

O Governo da Frente Brasileira Popular encontrou uma situação extremamente grave no setor de saneamento. Em razão da política habitacional equivocada dos governos anteriores, que fez crescer a população do Distrito Federal em 700 mil habitantes em seis anos, hoje temos 320 mil pessoas sem água potável e 620 mil sem esgotamento sanitário.

Mas os problemas não se restringem apenas a esses graves déficits. Os moradores de Planaltina e Sobradinho enfrentam uma falta crônica de água, cuja solução exige a implantação de um novo sistema de abastecimento para as duas cidades: o Pipiripau. A estação de tratamento de água do Plano Piloto está trabalhando em situação precária, exigindo sua reforma completa. A barragem do rio Descoberto, responsável por 70% do abastecimento

do DF, está a exigir reformas urgentes.

É premente a implantação do tratamento dos esgotos de Taguatinga e Ceilândia, que ameaçam comprometer mananciais utilizados pela Companhia de Saneamento de Goiás.

As perdas de água da Caesb, que incluem os volumes entregues, através de chafarizes, às populações de assentamentos ainda não atendidas regularmente, atingem 32%. Ações urgentes são necessárias para a sua redução. A pesquisa de ligações clandestinas que a Caesb intensificou é um exemplo dessas ações.

Dado o porte desses problemas, os investimentos necessários para solucioná-los atingem a cerca de R\$ 246 milhões. Não apresentar déficits operacionais é um requisito para que a Caesb contrate empréstimos com os órgãos financiadores nacionais e internacionais.

Infelizmente, a Caesb passa por um momento difícil, atípico para uma empresa sólida como ela é. Es-

sa situação é causada fundamentalmente pela defasagem mensal entre receita e despesa de R\$ 3,3 milhões.

Qual a origem deste déficit mensal, que, se acumulando, poderá colocar em risco a própria prestação dos serviços essenciais de responsabilidade da Caesb?

As causas mais imediatas são: o congelamento das tarifas desde maio passado, enquanto os preços em reais aumentavam 24,11% de julho de 1994 a janeiro de 1995 e o reajuste dos salários dos funcionários da companhia, na data-base de novembro passado. Um exame mais acurado dos números de 1993 mostra que já havia um desequilíbrio da

A Caesb passa por momento difícil, atípico para uma empresa sólida como ela é.

ordem de 10%.

A gravidade da situação exigia ações rápidas. Medidas de contenção de despesas e de redução dos custos foram tomadas imediatamente.

Eliminação de assessorias da presidência, redução de funções gratificadas, eliminação de gratificações, corte de horas extras, controle e estudo de compras, além de caça às ligações clandestinas e cobrança dos débitos de órgãos públicos inadimplentes.

Verificou-se, entretanto, que, face à gravidade do quadro, o reajuste das tarifas de água e esgoto era inadiável.

A constatação de que consumos residenciais relacionados com usos

supérfluos estão sendo subsidiados em até 40% permitiu elaborar uma proposta de realinhamento tarifário que contemplou os interesses populares. Assim, foi mantido inalterado o valor de R\$ 1,60 para a conta mínima correspondente a 10 mil litros mensais. E foi elevada para R\$ 5,85 a conta de água de quem consome 20 mil litros mensais (ou R\$ 11,70 para a conta de água e esgoto).

A negociação do governador Cristovam Buarque com o ministro Pedro Malan permitiu adiar o necessário reajuste, tendo em vista que o Governo Federal se comprometeu a auxiliar a Caesb a solucionar seu déficit mensal até que as tarifas sejam alteradas.

A nova direção da companhia continuará implementando medidas concretas de redução de custos e melhorias da qualidade dos serviços. Nossos consumidores, por sua vez, terão a possibilidade de adotar práticas de uso racional da água, que permitam eliminar desperdícios

e reduzir suas contas.

Aqueles que, sem conhecer a realidade da Caesb, fazem coro ao discurso neoliberal, sugerindo demissões e/ou a solução mágica da privatização dos serviços, afirmamos que o principal patrimônio do saneamento de Brasília é a qualificação de seus recursos humanos. E que a privatização desses serviços causou elevação sem precedentes nas tarifas, não se afigurando, portanto, como solução para o problema em pauta.

Estamos seguros de que a Caesb, neste quadriênio, tem plenas condições de se constituir em uma empresa pública modelo, direcionada para a eficiência e para a qualidade dos seus serviços, comprometida com seus usuários e com aqueles que ainda não dispõem desses serviços, mas que, temos certeza, logo conquistarão este direito.

■ Presidente da Caesb.

Todo mundo tem que pagar

Rui Fernandes da Rosa Filho *

Não vai adiantar o Dr. Dallari examinar a planilha de custos da tarifa da Caesb. Não adianta o Governador suspender por quinze dias o aumento. A planilha da Caesb é igual a de tantas empresas públicas que se acostumaram simplesmente a cobrir seus custos transferindo o ônus da gestão administrativa para a tarifa. O consumidor não suporta mais esse tipo de procedimento. Falo como cidadão. Chega. Estou cansado de pagar a conta. Eu só entro na hora de pagar a fatura. As embaixadas têm de pagar, o Congresso Nacional tem de pagar. O Itamaraty tem de pagar. O povo de Samambaia tem de pagar. Idem para o Luiz Estevão, para FHC, o Ary Cunha, o Paulo Cabral, todo mundo tem de pagar, inclusive eu, meus amigos como o Jorge Guilherme, da CBN, o Ewerton, o Antonio Sérgio, do Mict.

O que o Dallari tem de saber, o que o Governador tem de conhecer é o rol de providências que o presidente da Caesb vai tomar para implantar o Programa de Qualidade Total. A Caesb tem de vir a público para apresentar sua proposta de reengenharia. Ela tem de reduzir custos, valorizar seu material humano, montar o PDCA. Fazer com urgência o 5S, aplicar o just in time e fazer um downsizing. Isso é igual a melhores serviços por menor preço. Ela tem de vir a público para anunciar que vai melhorar seus padrões de serviços em menores custos para seus clientes.

Essa conversa de dizer que a população de baixa renda vai pagar menos parece coisa de político old fashion, cheira a incompetência. Um real no bolso do trabalhador de menor renda vale tanto quanto 100 reais no bolso do Murilo Portugal, Secretário do Tesouro Nacional, que segura a "gra-

na" do GDF.

Fiz o teste do táxi hoje, dia 15 de fevereiro. O motorista estava p... da vida, tanto quanto eu. Os cinco ou seis reais que ele vai ter de pagar valem tanto ou mais do que meus 30 ou 40. É tudo igual! Tomamos banho com a mesma água, nossa fossa sanitária tem o mesmo odor.

Precisamos saber quanto custa a Caesb. Ela tem de ser submetida à concorrência. Dê o exemplo, Governador. O TQC (Total Quality Control) está aí. Se o senhor quiser, peça apoio à ministra Dorthea Werneck, ela está morando aqui. Não chore as mágoas com o Dallari. A "Dorô" sabe tudo sobre qualidade e produtividade.

Aumentar tarifa é a última providência de um rol de 500 medidas que um administrador moderno usa para recompor custos de uma empresa — pública ou privada. É a solução mais fácil, mas ela é penosa, o povo não a suporta mais. Não é isso que espero de seu governo.

O programa de qualidade total começa pelo chefe, pelo presidente, pelo dono do negócio. Dê o exemplo.

É por aí.

Eu não quero, não aguento pagar mais essa tarifa. Desde logo, cobre os atrasados do mundo, da Nigéria, dos EUA, da Rússia, do Congresso... Faça isso e implante com urgência um programa de qualidade.

Isa esquecendo. Peça ao presidente da Caesb para parar com essa estória de "tirar de quem tem, para dar para quem não tem". A ser verdade essa teoria,

vá até o fim. Pegue a conta da população carente e debite-a toda para os moradores do Lago Sul e Península dos Ministros. Se é para aplicar a máxima, adote-a por inteiro, envie-lhes a conta por inteiro.

Mas, acredite. Não é por aí. A solução é o TQC.

■ Publicitário.

Estou cansado de pagar a conta, eu só entro na hora de pagar a fatura.

Nosso compromisso